



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

14, 15 e 16 de março 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Roberto Azevedo

Data: 14e15/03/2015

Assunto: Assistentes técnicos e pedagógicos

Página: 02

Notícias do Dia

O motivo

A deputada Luciane Carminatti justificou o porquê de não votar pelo projeto do colega Neodi Saretta, que previa a concessão de gratificação de produtividade aos assistentes técnicos e pedagógicos da Secretaria Estadual de Educação. Entende que não seria prudente, neste momento, aprovar um projeto que contemple apenas um setor da Educação, enquanto se discute a carreira e um plano que contemple ACTs, efetivos e aposentados. O clima não ficou bom entre os petistas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 16/03/2015
Assunto: Ideb		Página: on-line



PLANO DÁ R\$ 479 MILHÕES AO ENSINO MÉDIO, QUE NÃO AVANÇA

Apesar do crescente investimento do governo, último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) aponta que não houve avanço no ensino médio

Prometida pelo ministro Cid Gomes para ser implementada dentro de dois anos, a reforma do ensino médio é o foco desde 2009 de um programa do governo federal intitulado Ensino Médio Inovador. Dados obtidos pelo Estado por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que o Ministério da Educação (MEC) já gastou pelo menos 479 milhões de reais na iniciativa. A reforma foi uma das principais bandeiras da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff, que elegeu o lema "Brasil, Pátria Educadora" para a sua segunda gestão. Em 2009, ano de sua criação, o Ensino Médio Inovador teve a adesão de dezoito secretarias estaduais de educação; no ano passado, todas as unidades da federação formalizaram a participação. O Estado do Ceará, governado por Cid Gomes de 2007 a 2014, aderiu apenas em 2012.

Apesar do crescente investimento do governo federal, que saltou de 10,7 milhões de reais, em 2009, para 167,1 milhões de reais em 2014, o último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apontou que não houve avanço no ensino médio entre as avaliações de 2011 e 2013 - o indicador manteve-se em 3,7, abaixo da meta fixada para 2013, que era 3,9. Em dez Estados que aderiram à iniciativa desde o início, houve queda do Ideb da rede estadual comparando o indicador de 2013 (mais recente) ao de 2009 (ano da adoção do programa): Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. Goiás e Rio, por outro lado, registraram aumento de 0,7 e 0,8 ponto no Ideb 2013, quando comparado com o índice de 2009.

"O programa surgiu como uma tentativa de mudar a página ruim do ensino médio, de apostar em uma nova estratégia de inovação e se voltar para a formação de professores, mas nada disso aconteceu", critica o diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna e ex-membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Mozart Ramos. "O Ensino Médio Inovador teve grandes pecados, não foi uma ação estruturadora que realmente teve corpo, cabeça, monitoramento e uma avaliação formal do MEC". Para Mozart Ramos, a iniciativa acabou se tornando uma forma de o MEC dar dinheiro para os Estados sem cobrar nenhum compromisso direto com os objetivos almejados. "Ficou solto o programa, parecia até que tinha morrido."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avaliação - Na avaliação do presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretário de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, o Ensino Médio Inovador tem sido bem sucedido ao ajudar na ampliação da carga horária dos estudantes, na elaboração de um planejamento interdisciplinar e na integração dos currículos. Quando começou, beneficiava 3.000 alunos de dezoito escolas no Estado. Hoje, são 20.000 alunos de 162 escolas atendidos, e a meta é chegar a 300 unidades até o fim de 2018.

"Na conversa e contato com estudantes dessas escolas, houve um avanço muito forte, que você percebe de maneira subjetiva. Eles têm uma capacitação, uma formação melhor do que se você tivesse apenas o ensino médio regular", comenta Deschamps. "O Ensino Médio Inovador agora é que vai ser medido em volume maior (pelo Ideb)", destaca o secretário, lembrando que na época da última medição o número de escolas participantes do programa ainda tinha um pequeno peso na amostragem.

Em Santa Catarina, o Ideb da rede estadual caiu de 3,7, em 2009, para 3,6 em 2013, queda atribuída pelo secretário à extinção da progressão automática, o que levou ao aumento da taxa de reprovação. Para a reforma plena do ensino médio, o secretário defende o combate à evasão escolar, a melhoria das condições de infraestrutura e o aperfeiçoamento da formação de professores.

Relatório - Em resposta ao Estado, a assessoria do MEC ressaltou que o objetivo do programa é promover atividades integradoras que articulem as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, "de forma a garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea". O MEC aguarda o envio de um relatório final da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que pesquisou e acompanhou a implementação do programa, entre 2011 e 2014. "Em dezembro de 2014, foram apresentados os resultados preliminares da pesquisa e estamos aguardando que a Universidade efetue os últimos ajustes e nos encaminhe a versão final do relatório", informou o ministério.

Em 2014, o programa apoiou 7.303 escolas, contemplando um universo de 4,6 milhões de estudantes em todo o País. Sobre os investimentos previstos para este ano, o MEC afirmou que "está realizando análises sobre o montante de recursos a ser investido". O MEC recomendou que a reportagem procurasse a Secretaria de Educação do Ceará para comentar a adesão do governo cearense ao programa apenas em 2012. A secretaria não explicou os motivos da demora para a adesão, mas prometeu universalizar o programa para toda a rede de escolas que ofertam o ensino médio regular até 2016. Em 2014, a iniciativa beneficiava 252.000 alunos, de 392 escolas. Mais já 46 aderiram neste ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 16/03/2015
Assunto: CNE	Página: Online	



Política Nacional de Formação de Professores é debatida no CNE

Consed participa da primeira reunião, em 2015, da Comissão Bicameral de Formação de Professores, com objetivo de dar continuidade aos estudos sobre o tema.

O Conselho Nacional de Educação - CNE realizou reunião da Comissão Bicameral de Formação de Professores, nesta segunda (09/03), no Plenário Anísio Teixeira, promovida com o intuito de dar continuidade aos estudos sobre o tema e motivada pela necessidade de atender às demandas encaminhadas ao Conselho por parte das entidades convidadas. A reunião contou com a participação de representantes da Anped, Anpae, Cedes, Anfope, CNTE, CONTEE, FNCEE, Forumdir, Ministério da Educação (MEC), Capes, FNE, Undime, Consed entre outras entidades.

José Fernandes de Lima, presidente da Comissão Bicameral de Formação de Professores do CNE, afirmou que a expectativa agora "é de consolidação do texto e encaminhamentos para as audiências públicas", numa expectativa para iniciá-las no próximo mês de abril.

Fernandes passou a palavra ao relator, o professor doutor Luiz Fernandes Dourado, conselheiro do CNE e professor da UFG, que fez um breve resumo da proposta, que busca apresentar análises e proposições para a "formação inicial e continuada de professores, compreendendo que estas se articulam aos processos de organização e gestão da educação básica e superior e se apresentam por meio de importantes desafios a serem enfrentados pelo poder público e pela sociedade brasileira em geral", afirmou.

Dourado ainda destacou a forma como o documento vem sendo construindo, sendo importante a continuidade do diálogo com todas as entidades ligadas à educação para o enriquecimento e maturação do debate. Ressaltou ainda a importância da definitiva "instituição do Sistema Nacional de Educação", a partir de três pilares "o PNE, a Base Comum Nacional e a intensificação do Regime de Colaboração". Dourado também destacou que a política nacional de formação de professores compreende uma "unidade nacional relacionada à formação", entretanto respeitando a "diversidade nacional e a autonomia das instituições de ensino".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em seguida, o presidente da Comissão encaminhou a apresentação das sugestões de cada entidade convidada sobre o texto proposto para a resolução. O secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, Júlio Gregório, representou o Consed e reafirmou o compromisso do Conselho com o debate e formulação sobre as políticas públicas educacionais. Gregório disse que o Conselho tem entre as prioridades deste ano, definidas pelo Fórum de Secretários, "a Base Comum Nacional, que é elemento fundamental em toda essa discussão da formação de professores, seja ela inicial ou continuada".

O secretário também pontuou a necessidade de um maior debate sobre o texto proposto, pois o Conselho entende que chega o momento "de aprofundamento na perspectiva de que de fato a educação seja debatida em todos os espaços deste país", ressalta.

Política Nacional de Formação de Professores - Documento elaborado pelo CNE traça marcos iniciais para orientar a Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica Brasileira. E apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior de profissionais do magistério para educação básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados no planejamento, nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação superior (IES).

Comissão Bicameral de Formação de Professores - é composta pelos conselheiros José Fernandes de Lima – Presidente; Antonio Carlos Caruso Ronca; Antonio Ruiz Ibañez; Francisco Aparecido Cordão; Gilberto Gonçalves Garcia; José Eustáquio Romão; Luiz Fernandes Dourado; Luiz Roberto Alves; Malvina Tânia Tuttman; Márcia Angela da Silva Aguiar; Nilma Lino Gomes; Raimundo Moacir Mendes Feitosa e Sérgio Roberto Kieling Franco.